



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE

Processo: 01204879020198060001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOAO DA CRUZ RODRIGUES MARQUES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada em Punho Direito seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente no Punho Direito, quantificando-o, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que em toda documentação carreada aos autos, a lesão pleiteada pelo autor nos autos refere-se a MÃO ESQUERDA.

INICIAL

No presente caso, o (a) **requerente** ficou com debilidade permanente consistente em **MÃO ESQUERDA** conforme documentação médica em anexo, o que restará provado pela perícia médica judicial desde já requerida.

## BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Histórico
Informa o declarante que é agricultor e no dia 14/05/2018 segunda feira às 09:30 da manhã, na propriedade em que tem uma plantação, sofreu um acidente pilotando a motocicleta de PLACA: OSG2066/CE HONDA/CG150 FANZ ESDI; QUE no momento pilotava a motocicleta carregando um reboque com melancia e feijão; QUE caiu em um buraco e perdeu o controle da motocicleta caindo ao solo; QUE saiu se arrastando em uma barreira e a mão esquerda bateu em um TOCO de uma árvore chegando a ter um grande ferimento na mão esquerda, ao levantar-se percebeu que havia

## DOCUMENTO MÉDICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEUS SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	
FICHA DE REFERÊNCIA	
Unidade de Origem: <u>ESF-1074</u>	Município: _____
Distrito Sanitário: _____	Prontuário Nº: _____
Nome: <u>João da Cruz R. Albuquerque</u>	Sexo: <input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F Data de Nascimento: <u>05/03/1965</u> Ocupação: _____
Endereço: <u>Rote</u>	
Motivo do Encaminhamento? <u>Paciente sofreu um trauma na mão (E) após cair da moto, apresentando ferimento.</u>	
Resultado de Exames: _____	

Portanto EXa, percebe-se que não há nexo de causalidade entre o acidente e a lesão Punho Direito mencionada ao laudo.

Contudo, tem-se que a lesão nos dedos da mão já foi paga no valor de R\$1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), assim temos QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA, não havendo que se falar em novo pagamento.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, bem como a QUITAÇÃO ADMINISTRATIVA, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

FORTALEZA, 18 de novembro de 2019.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/CE 27954-A**

**FABIO POMPEU PEQUENO JUNIOR**  
**14752 - OAB/CE**

